

POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL: CENÁRIO HISTÓRICO E AS REPERCUSSÕES DA DÉCADA DE 1990

Maria Mikaele da Silva Cavalcante; Emanuela Ferreira Matias; Daniele Kelly Lima de Oliveira

Universidade Estadual do Ceará, mikaele262009@hotmail.com; Universidade Estadual do Ceará, manumatias26@yahoo.com.br; Universidade Estadual do Ceará, daniele.kelly@uece.br

RESUMO:

Este trabalho apresenta discussão sobre a Política Educacional do Brasil no interstício das décadas de 1980 a 1990. Tem como objetivo refletir sobre as repercussões do cenário político desse período, perfazendo um resgate dos acontecimentos históricos, assim como as suas implicações no contexto educacional. Trata-se de uma investigação com abordagem qualitativa de natureza bibliográfica. O referencial teórico apoiou-se nos estudos de Saviani (2008), Jimenez (2001), Peroni (2003), Shiroma, Moraes e Evangelista (2007), Oliveira (2010 e 2011), dentre outros. O contexto político, econômico e social da década de 1990 favoreceu para que as políticas educacionais sofressem profundas transformações, em decorrência das influências neoliberais e a fim de garantir a sustentabilidade e continuidade dos interesses do capital.

Palavras-Chave: Educação, Política Educacional, Organismos internacionais.

1. INTRODUÇÃO

A educação é definida como o conjunto de regras, costumes e valores que são transmitidos de geração para geração, assumindo, portanto, a função de reprodução de um estado de coexistência social (Saviani, 2008). De acordo com Freres, Rabelo, e Mendes Segundo (2008), a educação, além de repassar os saberes historicamente acumulados pela humanidade, atua na subjetividade, influenciando a maneira como os indivíduos devem agir no meio social.

Emerge dessa premissa, a compreensão de que a história da educação, está imbricada com o surgimento do homem, da sua essência e coexistência. Ora, para garantir a sua existência, o homem passa a intervir sobre a natureza, transformando-a, atividade denominada de trabalho. Esse processo é o que difere o homem dos demais animais, e o torna “o único ser capaz de transformar, ou seja, de criar algo diferente do já existente, num processo contínuo” (JIMENEZ, 2001, p. 71).

Nas sociedades primitivas, época pré-histórica, tudo era desenvolvido e dividido coletivamente, por esse motivo, “o trabalho aparece somente como fonte de subsistência, já que através da caça e da extração de raízes e depois da agricultura e pastoreio, tudo que o homem produzia era para o seu próprio consumo e garantia de sobrevivência” (MAIA FILHO *et al*, 2014, p. 3), não havia produção de excedentes e todos tinham acesso ao saber acumulado socialmente. Com a produção de excedentes, o homem passou a realizar troca por materiais diversos, posteriormente, a sociedade se dividiu em classes sociais e deu início a exploração do homem pelo homem, onde

uma única classe passou a viver do trabalho dos demais, apropriando-se privadamente de terras e dos meios de produção.

O surgimento da propriedade privada suscitou à necessidade da educação formal, dando origem a escola, direcionada inicialmente, para uma restrita camada da sociedade, aqueles que não “precisavam” trabalhar e podiam se dedicar ao “ócio” (FRERES, RABELO, e MENDES SEGUNDO, 2008, p. 2), havendo, portanto, uma distinção entre o intelecto e o manual, cada classe com sua devida “função” social.

Com a industrialização, torna-se urgente a generalização da educação formal escolar, todavia, com um desafio: “instruir os trabalhadores sem educá-los para governar; sem capacitá-los para assumir a função de dirigentes, sem habilitá-los para pensar bem e falar bem” (JIMENEZ, 2001, p. 75), motivo pelo qual, passou a se oferecer instrução aos trabalhadores, entretanto, em “doses homeopáticas” como preconizava o economista Adam Smith.

Nessa direção, a escola passou a desempenhar papel de suma importância na sociedade, na qual sofreu mudanças e transformações com o passar dos anos. Neste trabalho, no entanto, iremos nos deter a discutir o cenário político, as implicações e os reflexos das mudanças na política educacional, na virada do último decênio do século XX. O artigo ora apresentado se configura como fruto da disciplina de Fundamentos da Gestão, do núcleo de Política, Planejamento e Gestão Escolar, ofertada no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará - UECE.

Trata-se de uma investigação com abordagem qualitativa de natureza bibliográfica. O referencial teórico apoiou-se nos estudos de Saviani (2008), Jimenez (2001), Peroni (2003), Shiroma, Moraes e Evangelista (2007), Oliveira (2010 e 2011), dentre outros.

Para o alcance dos objetivos propostos desenvolvemos uma pesquisa com abordagem qualitativa e como aporte metodológico, uma pesquisa de natureza teórica bibliográfica, recurso no qual podemos resgatar conhecimento científico acumulado sobre um problema. Os estudos e contribuições dos escritos dos autores: Saviani (2008), Jimenez (2001), Peroni (2003), Shiroma, Moraes e Evangelista (2007), Oliveira (2010 e 2011), permeiam todo o texto, servindo de bibliografia basilar.

2. OS ANOS DE 1980 E 1990: CONTEXTUALIZANDO O CENÁRIO POLÍTICO EDUCACIONAL NO BRASIL

A Segunda Guerra Mundial provocou tensão social, econômica e política, suscitando a necessidade de um projeto de recuperação da expansão dos países capitalistas, surgindo então em alguns países, o Estado de bem-estar social, que teve seu auge nas décadas de 1940 a 1960, período

conhecido como “era de ouro do capitalismo”, pois foi “um momento de desenvolvimento econômico, com garantias sociais e oferecimento, praticamente, de emprego pleno para a maioria da população nos países mais desenvolvidos” (VICENTE, 2009, p. 124).

Os anos de 1960, por sua vez, foram marcados pela crise do Estado de bem-estar social, que buscava garantir as condições mínimas de existência (alimentação, saúde, habitação, educação e etc.), decorrente da saturação dos mercados internos de bens de consumo duráveis, concorrência intercapitalista, crise fiscal e inflacionária e a retração dos investimentos.

Como consequência da crise, os países periféricos tiveram suas dívidas aumentadas no rastro dos juros ascendentes e da queda dos preços das principais *commodities*. É preciso destacar, também, o fato de que o Banco Mundial emprestou e avalizou empréstimos segundo propósitos estratégicos, gerando dívidas acima da capacidade de pagamento dos países tomadores (LEHER, 1999, p.23).

Diante da crise desse modelo político, surgiram as propostas neoliberais, na década de 1970, como “única saída possível” para o seu enfrentamento.

O neoliberalismo é um projeto político, econômico e social de caráter hegemônico que está fundamentado na subordinação da sociedade ao mercado livre e à não-intervenção do poder público, sendo o mercado livre responsável pela preservação da ordem social. As políticas neoliberais tiveram seu surgimento nos anos 1960 com a crise do Estado de bem-estar social e dos regimes sociais-democratas [...] (SHIGUNOV NETO e MACIEL, 2004, p. 36).

O primeiro país a adotar as ideias neoliberais foi a Inglaterra, no ano de 1979, sob governo de Margaret Thatcher, que ficou conhecida como dama de ferro, seguido dos Estados Unidos e Alemanha, e posteriormente, se expandiu para outros países, incluindo os da América Latina. As consequências da implantação dessas ações resultou no “agravamento das desigualdades sociais, exclusão e segmentação social; aumento da pobreza e do desemprego; crescimento da miséria, da fome, da marginalidade; desvio crescente de recursos de absorção de mão-de-obra e do trabalho humano;” (idem, ibidem, p. 44).

O capitalismo já não respondia as demandas do momento, como no “período de ouro do capitalismo”, o mundo começava a passar então, por uma crise, que o neoliberalismo afirmava ser apenas de governação. Nesse período, a crise Asiática abalou o mundo, e a demora da intervenção do FMI contribuiu para que as dificuldades, inicialmente conjunturais, se transformassem do sistema econômico global. Esse contexto, impulsionou a “globalização”, a fim de servir aos interesses transnacionais (OLIVEIRA, 2010).

O Brasil, por sua vez, enfrentava a ditadura militar que durou de 1964 a 1985, período em que se teve “[...] milhares e milhares de mortos, desaparecidos, torturados, perseguidos, sequestrados, banidos e exilados. Uma vez rotuladas como comunistas ou subversivas as pessoas

entravam imediatamente naquela zona de indistinção na qual não existem direitos ou garantias” (SILVA FILHO, 2008, p. 155).

No campo da política educacional, houve significativas mudanças e consequências decorrente desse regime militar.

A política educacional do regime militar abrangeu, ao longo dos seus vinte e um anos de duração, todos os níveis de ensino, alterando a sua fisionomia e provocando mudanças, algumas das quais visivelmente presentes no panorama atual. Pautado pela repressão, o Estado editou políticas e práticas que, em linhas gerais, redundaram no tecnicismo; na expansão quantitativa da escola pública de 1º e 2º graus às custas do rebaixamento da sua qualidade; no cerceamento e controle das atividades acadêmicas no interior das universidades; e na expansão da iniciativa privada no ensino superior (FERREIRA JÚNIOR e BITTAR, 2006, p. 4).

O processo de transição da ditadura militar para a Nova República, a “reorganização do poder”, floresceu a esperança e a necessidade de viver relações mais democráticas, que acabaram tomando conta da população brasileira,

A conquista da liberdade de organização partidária, entre tantas outras ações no campo trabalhista, político e social, configuraram um “clima” por maior participação e democratização das várias esferas da sociedade brasileira, incluindo-se a organização do próprio Estado (ADRIÃO e CAMARGO, 2007, p. 63).

Assim, diante desse cenário, foi promulgada no dia 05 de outubro de 1988 a nova Constituição, com 245 artigos, 70 disposições gerais, definindo os direitos individuais e coletivos; independência entre os poderes executivo, legislativo e judiciário; a duração do mandato presidencial; e os direitos trabalhistas (VIEIRA e FARIAS, 2007, p.149). Na área educacional, com o mais longo capítulo de todas as constituições sobre a educação, propondo

a incorporação de sujeitos historicamente excluídos do direito à educação, expressa no princípio da "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (art. 206, I). Outras conquistas asseguradas são: a educação como direito público subjetivo (art. 208, § 1º), o princípio da gestão democrática do ensino público (art. 206, VI), o dever do Estado em prover creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade (art. 208, IV), a oferta de ensino noturno regular (art.208, VI), o ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive aos que a ele não tiveram acesso em idade própria (art. 208, I), o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências (art. 208, III) (VIEIRA, 2007, p. 14).

O ano de 1985, quando José Sarney (15/03/1985 a 14/03/1990) assume a presidência, se inicia o debate sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), o primeiro projeto a dá entrada na Câmara dos deputados é de Octávio Elísio.

As reformas dos anos de 1990 tinham como principal objetivo a equidade da educação. Em março de 1990, aconteceu em Jomtien, na Tailândia, a Conferência de Educação para Todos, no intuito de direcionar uma orientação para reformas educacionais dos países mais pobres e populosos

do mundo. A partir desse momento, esses países começaram a pensar estratégias para elevação do nível de atendimento às populações, sem aumento dos investimentos (OLIVEIRA, 2004).

O governo do Presidente Fernando Collor de Mello (15/03/1990 a 02/10/1992), lança o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), porém devido aos fatos políticos¹ é solicitado o seu afastamento², passando a assumir Itamar Franco (02/10/1992 a 31/12/1994).

O Brasil que resistiu ao intervencionismo e a imposição do neoliberalismo, logo se submeteu também a ordem imposta pelos “novos senhores do mundo”, sobretudo nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso (LEHER, 1999, p. 24). As medidas do neoliberalismo, no entanto, foram melhores desenvolvidas no governo de FHC.

Ainda no governo Collor se iniciou os debates sobre a elaboração do Plano Decenal de Educação que foi apresentado na reunião que aconteceu em Nova Delhi, na Índia, através de convocação da UNESCO, onde o Brasil aceitou ser a sede da conferência Nacional e Internacional de Educação para todos que aconteceria no ano seguinte (OLIVEIRA, 2011).

Assim, se inicia um projeto de descentralização, onde a autonomia da escola, as avaliações, o financiamento e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), representam um principal meio de controle de qualidade da educação brasileira.

[...] o contexto de reformas instaurado nos anos de 1990, legitimado pela crise da escola ou pelo declínio de uma forma escolar canônica de socialização definida como um programa institucional, como o define Dubet (2004), criou um ambiente propício à mudança ou mesmo à inovação que, em muitos casos, representou a negação de valores, culturas e tradições constituintes do ambiente escolar e do ofício docente (OLIVEIRA, 2011, p. 11).

Fernando Henrique Cardoso (01/01/1995 a 01/01/2003), assumiu o governo e em seguida foram aprovados dois importantes instrumentos de reforma na área educacional, a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN e a Lei n° 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF. (VIEIRA e FARIAS, 2007). No tópico a seguir, realizaremos uma discussão sobre a LDBN.

3. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO: COMPREENSÕES NECESSÁRIAS

¹ Fernando Collor de Mello foi acusado de corrupção e enriquecimento ilícito durante o seu mandato, suscitando revolta popular, onde milhares de brasileiros participaram de manifestações com o objetivo de conseguir o *impeachment* do então presidente. Um conjunto de estudante se destacou em meio aos milhares de brasileiros que saíram as ruas para mostrar a sua indignação, com músicas e rostos pintados, ficaram conhecidos como “os caras pintadas”.

² Antes da conclusão do processo de *impeachment*.

A LDBEN trata-se de uma lei que envolve muitos interesses políticos, influenciando diretamente instituições públicas e privadas do país. Demo (1997), assegura que está longe de ser a “lei dos sonhos dos educadores brasileiro” e alerta que não é “propriamente inovadora, se entendermos por inovação a superação pelo menos parcial, mas nem sempre radical, do paradigma educacional vigente, ou ainda se entendermos como estratégia de renovação dos principais eixos norteadores” (1997, p. 12).

A LDB foi pensada dentro de um cenário de grande efervescência da participação da sociedade civil, em que passa a participar de mecanismo do funcionamento da política, até então, restrito apenas aos representantes políticos.

Em 1993, o deputado Octavio Elísio (PSDB-MG), apresentou um projeto de lei à câmara dos deputados, com base nos dispositivos legais com relação à educação cultura e desporto (do artigo. 205 ao Art.217). Esse documento foi encaminhado para a comissão de educação, o projeto buscava atender todas as reivindicações da sociedade civil. A comissão era presidida pelo deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE) e tinha como relator o deputado Jorge Hage, na época, do PSDB-BA. A partir dessa comissão maior foram criadas outras subcomissões, para tratar da especificidade do projeto da LDBN. O grupo de trabalho - GT do projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, coordenado por Florestan Fernandes (PT-SP), mobilizou a sociedade civil, as entidades de ensino público, confessionais e privado, organizando audiências públicas para ouvir e estabelecer um consenso acerca dos pontos conflitantes do projeto.

O ministro da educação, para não atrapalhar os processos democráticos organizados pelas comissões, deixou de usar a prerrogativa de enviar projetos do executivo para serem apreciados, como historicamente aconteceu no país. Por outro lado, haviam deputados querendo articular suas demandas, usando suas bancadas, com muitas negociações vários deputados foram convencidos a retirar seus projetos de lei que tinha fortes tendências privatistas da educação da pauta da câmara para votação, e com urgência votar os projetos apresentados pelas comissões, uma vez que as eleições se aproximavam.

O texto negociado da LDBN foi apreciado e votado em 28 de junho 1990, com a renovação do quadro de deputados após as eleições de 1990, o cenário se modificou, já que a bancada dos deputados constituintes não havia sido reeleita, incluindo Octavio Elísio, relator do projeto e outros parlamentares que tiveram forte influência neste projeto. Em 1995, a LDB vai ao congresso com um nova correlação de força, o novo congresso dar toda condição para o novo

governo implementar toda a sua política de educação. No ano seguinte, a nova LDB é aprovada e sancionada pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

4. POLÍTICA EDUCACIONAL: REFORMA DOS ANOS 1990

Os anos 1990 foram marcados por reformas educacionais, se caracterizando como um conjunto de ações do governo federal, que empreendeu o envolvimento de especialistas, a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), referenciais e pareceres.

Segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2007), a prioridade central do Estado era assegurar a permanência de crianças e adolescentes nas escolas, o que desencadeou uma série de medidas e programas: Acorda Brasil! Tá na hora da escola! Aceleração da aprendizagem, bolsa escola³, considerado o mais importante de todos, entre outros. Além disso, vários programas de financiamento e tecnologias da educação foram implementados pelo MEC, e as avaliações, por sua vez, também receberam intervenções, com a implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Exame Nacional de Cursos (PROVÃO).

Nesse mesmo período, aconteceu a reforma da educação básica, as principais mudanças foram: o reconhecimento da educação como direito das crianças pequenas, ou seja, a educação infantil passou a integrar a educação básica. Além disso, a separação formal entre o ensino médio e técnico, também foi um marco.

É importante ressaltar ainda, as mudanças que ocorreram com a reforma universitária, que dentre os seus objetivos, estavam: a avaliação, a autonomia e a melhoria do ensino. Houve também, uma flexibilização do próprio ensino superior, com o credenciamento de 5 tipos de IES⁴, assim, o Estado manteve ainda o controle dessas organizações com o credenciamento de cursos, diretrizes curriculares e avaliação permanente dos cursos de graduação e pós graduação.

Nesse cenário, a educação passou por muitas reformas tanto para os alunos quanto para os professores que tiveram que se adequar para não perder espaço dentro das escolas. “A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) desde o final dos anos 1970 discutia um projeto nacional de formação que redundou em três premissas: formação básica, condições de trabalho e formação continuada.” Os que já exerciam a profissão tiveram que correr atrás de aumentar sua formação (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2007, p. 84).

³Disponibilizava recurso para as crianças com renda familiar baixa, que estavam matriculadas na escola e que tivessem frequência assídua.

⁴ Universidades; Centros de Educação Superior; Institutos; Faculdades e Escolas Superiores.

O ano de 2000 foi marcado pela Conferência de Educação para Todos, que reuniu 164 países, em Dakar, com seis metas a serem atingidas até o ano de 2015. As metas “relacionadas ao cuidado e à Educação Infantil; ao Ensino Fundamental universal; ao desenvolvimento de habilidades de jovens e adultos; à alfabetização de adultos; à paridade e à igualdade de gênero; e à qualidade da educação” (BRASIL/MEC, 2014, p. 7). Recentemente, o relatório divulgado pela UNESCO constatou o Brasil só conseguiu alcançar duas das seis metas propostas (BRASIL/MEC, 2014). O único país da América Latina que conseguiu alcançar todas as metas foi Cuba.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1990, foi marcada no campo educacional, pelo movimento de reforma e melhoria da qualidade educacional, contexto no qual, suscitou “um ambiente propício à mudança ou mesmo à inovação que, em muitos casos, representou a negação de valores, culturas e tradições constituintes do ambiente escolar e do ofício docente” (OLIVEIRA, 2011, p. 11).

Tal cenário impulsionou mudanças nas políticas da educação, resultando em alterações nas legislações educacionais como a aprovação da Lei nº 9.394 que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o Plano Decenal de Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Diante de todo o exposto, percebemos que as políticas educacionais foram marcadas por profundas transformações históricas, que sofreram influências neoliberais a fim de garantir a sustentabilidade e continuidade dos interesses do capital. Desse modo, a educação virou uma mercadoria, com o intuito de garantir e fornecer mão de obra para o mercado e conseqüentemente corroborando com o processo de mercantilização da educação.

5. REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas; CAMARGO, Rubens Barbosa de. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, T. Maria de Freitas (Org.). **Gestão, Financiamento e direito à educação**. 2ed. São Paulo: Ed Xamã, 2007, v. , p. 63-72.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretária da Educação Básica. **Relatório Educação para Todos no Brasil 2000 – 2015**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20514>. Acesso em: 13 abr 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei n. 9.394/96**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 Jul 2015.

FERREIRA JR., A; BITTAR, M. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006.

FRERES, Helena de Araújo; RABELO, Jackline; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **A função da educação no atual contexto histórico**: uma análise onto-histórica. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação: o ensino e a pesquisa em História da Educação, 2008, Aracaju. V Congresso Brasileiro de História da Educação: o ensino e a pesquisa em História da Educação. Aracaju: Editora UFS, 2008.

JIMENEZ, Susana Vasconcelos; **A educação e a relação teoria-prática: considerações a partir da centralidade do trabalho**. *apud* Trabalho e educação: uma intervenção crítica no campo da formação docente. JIMENEZ, Susana Vasconcelos; FURTADO, Elizabeth Bezerra. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

LEHER, R. Um novo senhor da educação? A política do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro (São Paulo)**, São Paulo, v. 1, n.3, p. 19-30, 1999.

MAIA FILHO, Osterne Nonato. CHAVES, Hamilton Viana. RIBEIRO, Luis Távora Furtado. SOUSA, Natalia Dias de. **O impacto da aceleração tempo-espaço nas relações de produção**. São Luís: Caderno de Pesquisa, v. 21, n. 2, mai./ago. 2014.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Plano Decenal de Educação para Todos" (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=91>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Autores Associados, 2008.

SILVA FILHO, J. C. M.; o anjo da história e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil. **Revista de Filosofia da PUCRS**, Rio Grande do Sul, v.53, n. 2, p. 1 – 29, 2008.

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B.; As políticas neoliberais e a formação de professores: propostas de formações simplistas e aligeiradas em época de transformações. MACIEL, L. S. B.; SHIGUNOV NETO, A.; (Org). **Formação de professores – presente, passado e futuro**. São Paulo: Cortez, 2004.

SHIROMA, E.O; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

OLIVEIRA, D. A. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr./jun. 2011.

_____. **Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004.

PERONI, Vera. **Política educacional e o papel do estado: no Brasil de 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

VICENTE, M.M. **História e comunicação na ordem internacional [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 214 p.

VIEIRA, S. L.; FARIAS. I. M. S.; **Política Educacional no Brasil** – introdução histórica. Brasília: Liber Livro, 2007.

